

RECURSO ESPECIAL Nº 1.838.716 - SP (2019/0278920-7)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECORRENTE : MEDISERVICE OPERADORA DE PLANOS DE SAUDE S.A.
ADVOGADO : ALESSANDRA MARQUES MARTINI - SP270825
RECORRENTE : VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA
ADVOGADOS : ANA CAROLINA REMÍGIO DE OLIVEIRA - MG086844
ALESSANDRA MARQUES MARTINI - SP270825
RAFAEL GOOD GOD CHELOTTI - SP422275
RECORRENTE : SERGIO RODRIGUES BRANDAO
ADVOGADO : JOSÉ REINALDO LEIRA - SP153649
RECORRIDO : OS MESMOS
AGRAVANTE : SERGIO RODRIGUES BRANDAO
ADVOGADO : JOSÉ REINALDO LEIRA - SP153649
AGRAVADO : VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA
ADVOGADOS : ANA CAROLINA REMÍGIO DE OLIVEIRA - MG086844
ALESSANDRA MARQUES MARTINI - SP270825
RAFAEL GOOD GOD CHELOTTI - SP422275
AGRAVADO : MEDISERVICE OPERADORA DE PLANOS DE SAUDE S.A.
ADVOGADO : ALESSANDRA MARQUES MARTINI - SP270825

DECISÃO

1. Cuida-se de recurso especial interposto por VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA., com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado (fl. 584):

Plano de saúde coletivo - Funcionário Direito de manutenção do beneficiário nas mesmas condições contratuais, respondendo pelo pagamento integral das mensalidades - Beneficiária que atende aos requisitos do art. 30 da Lei nº 9.656/98 - Valor definido como devido que não reflete a verdadeira quantia a ser paga - Contribuição devida pelo autor a ser apurada - Recurso provido em parte.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 668-670).

Em suas razões recursais, aponta a parte recorrente, além de dissídio jurisprudencial, “*que o v. acórdão que julgou o Recurso de Apelação, foi prolatado com inobservância da Lei nº 9.656/98, artigos 15 e 31, dentre outros, artigos 5º, 10, 13, 14, 15, 17 a 21, e demais, da recente Resolução Normativa nº 279 da ANS, artigos 104 e 114 do Código Civil, artigo 125, inciso I (atual artigo 139, inciso I), do Código de Processo Civil, e ainda o artigo 5º, incisos II e XXXVI, da Constituição Federal*” - (fl. 648)

Obtempera ainda “a **impossibilidade de cumprimento do v. acórdão, tendo em vista o encerramento das atividades e extinção do plano médico antes operado pela Recorrente e a INTEGRAL migração da atual carteira para a MEDISERVICE**, sob pena de **negativa de vigência da Lei nº 9.656/98** (artigos 15, 30, 31 e parágrafos, além de **todos os demais mencionados**) e da **Lei nº 9.961/00** (artigo 4º e incisos) – *que preveem e determinam a EXPRESSA aplicação de normas e regulamentações pela ANS, validando os termos da Resolução Normativa nº 279, em especial seus artigos 5º, 10, 13, 14, 15, 17 a 21* – bem como os artigos 104 e 114 do Código Civil (e demais tratados), artigo 125, inciso I (atual artigo 139, inciso I), do Código de Processo Civil, e dos dissídios jurisprudenciais supra citados, e a afronta aos mencionados princípios de Direito, para a manutenção do entendimento esposado pelas r. decisões que servem de paradigma, respeitando a jurisprudência e tocando os termos legais aplicáveis *incasu.*” - (fl. 664).

Não foram apresentadas contrarrazões ao recurso especial, consoante certidão à fl. 686.

Crivo positivo de admissibilidade na origem (fls. 711-712).

É o relatório.

DECIDO.

2. Com o provimento do recurso especial interposto pela MEDISERVICE OPERADORA DE PLANOS DE SAÚDE S.A., anulando o acórdão ora recorrido, fica prejudicado o recurso interposto por VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator